

## A EDUCAÇÃO DO JOVEM E ADULTO SEGUNDO A CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO FREIREANA

GUILHERME, Cirlene Pereira <sup>1</sup>

JESUS, Elitânia Maria de <sup>2</sup>

PELOZO, Rita de Cassia Borguetti <sup>3</sup>

SIMONELLI, Gisele Colombo <sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta parte da trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil, o caráter político por trás de algumas propostas e os seus avanços e retrocessos. Aborda a concepção de alfabetização elaborada por Paulo Freire e a importância desta na formação do ser pensante. O presente artigo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, tendo por base o trabalho de Ribeiro (1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (2000) e Soares (2010). O trabalho poderá contribuir com a comunidade acadêmica e os profissionais da área no sentido de aprofundar os estudos já realizados.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Ato de ler.

### ABSTRACT

This article presents part of the trajectory of youth and adults in Brazil, behind the political nature of some proposals and their advances and retreats. It addresses the concept of literacy developed by Paulo Freire and the importance of the formation of a thinking being. This work was done from the literature, based on

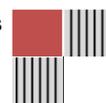
---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Pedagogia da FAIP-FAEF - Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – Marília/SP

<sup>2</sup> Aluna do curso de Pedagogia da FAIP-FAEF - Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – Marília/SP

<sup>3</sup> Docente do curso de Pedagogia FAIP-FAEF, Doutora em Educação (UNESP/Marília) e orientadora do artigo. Email: ritaborguetti@hotmail.com

<sup>4</sup> Aluna do curso de Pedagogia da FAIP-FAEF - Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – Marília/SP



the work of Ribeiro (1997), the national curriculum guidelines of the EJA (2000) and Magda Soares (2010). The work may contribute to the academic community and professionals to deepen the studies already carried out.

Keywords: Youth and Adults. Literacy. Act of reading.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade tratar sobre a importância da alfabetização na vida do adulto, bem como, a sua força de transformação do mundo através da conscientização das pessoas.

O objetivo do trabalho é abordar a parte da história da EJA e a concepção de alfabetização criada por Paulo Freire, que antes de mais nada, coloca o educando como sujeito do processo de alfabetização e, para que haja aprendizagem da leitura de uma forma significativa, o aluno precisa perceber o mundo a sua volta, ou seja, a leitura de mundo precede a leitura da palavra.

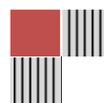
Utilizando-nos das obras de Ribeiro (1997), Soares (2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da EJA (2000), enfatizamos a questão dos interesses políticos por trás das leis criadas para esta modalidade, enfocando a educação como um ato político, uma vez que exige a tomada de decisão por parte do educador.

O motivo que nos levou a escolha do tema foi à reflexão sobre a necessidade de uma educação que propicie ao educando a criticidade de pensamento, a capacidade de tomar decisões, ou seja, a autonomia de pensamento.

## A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos não é recente, começou com os padres Jesuítas e o seu trabalho de catequização e ensino das primeiras letras na época do Império. Inicialmente, a alfabetização de adultos tinha como objetivo a leitura do catecismo e o cumprimento de tarefas simples.

Segundo Ribeiro (1997), somente em 1930, quando começa a se consolidar o sistema público de educação no Brasil, é que a educação de jovens e adultos começa a delimitar o seu lugar na história do país.



O Brasil passava por grandes transformações devido ao processo de industrialização e urbanização. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se, abarcando setores sociais cada vez mais diversos.

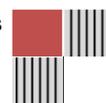
Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (Brasil,2000), a Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas, a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

Segundo Ribeiro (1997), com o fim da ditadura de Vargas em 1945, o país vivia a efervescência política da redemocratização. E, com o fim da segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de integração dos povos visando à paz e a democracia. Além disso, era necessário aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção. Tudo isso contribuiu para que a educação de adultos ganhasse destaque.

O Decreto – lei n. 8.529 de 2/1/1946, Lei Orgânica do Ensino Primário, reserva o capítulo III, Título II, ao Curso primário supletivo, voltado para adolescentes e adultos. Tinha disciplinas obrigatórias e teria 2 anos de duração, devendo seguir os mesmos princípios do ensino primário fundamental.(BRASIL, 2000, p.22).

Segundo Ribeiro (1997), a EJA define sua identidade por meio da Campanha Nacional de Educação de Adultos, lançada em 1947, que pretendia uma alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguiria uma etapa de ação em profundidade, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Esta campanha, sob a direção de Lourenço Filho, teve sucesso no começo, resultando na criação de diversas escolas supletivas. Porém, na década de 1950, houve uma diminuição no clima de entusiasmo, pois os resultados tenderam a decair e não houve êxito em todas as regiões. Nesta época o paradigma aceito era o de que o analfabetismo era a causa da situação econômica, social e cultural em que o país vivia.

Ainda segundo Ribeiro (1997), nos anos de 1960 os programas de EJA passam a ser inspirados pelo pensamento pedagógico de Paulo Freire e empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos que realizavam um trabalho com ação política. Surge um novo paradigma onde o analfabetismo era efeito da situação econômica. “Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire”. (Ribeiro, 1997, p. 22).



A preparação do Plano foi interrompida alguns meses depois pelo golpe militar e “a Lei 5.379/67 cria uma fundação, denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de erradicar o analfabetismo e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos”. (BRASIL, 2000). A metodologia do MOBRAL era de palavras-chave, porém, sem sentido crítico ou problematizador.

## A EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO

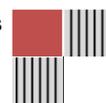
Paulo Freire criou uma concepção de alfabetização como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição e lugar do homem, sobre a vida e a realidade em que vive.

Segundo Freire (apud Soares, 2010), a alfabetização:

[...] é a conseqüência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. (FREIRE, 1975, p. 142).

Freire enfatiza que aprender a ler, a escrever, a alfabetizar-se é, antes de qualquer coisa, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. O autor deixa claro que a prática pedagógica é política, pois o educador precisa tomar decisões- já que a educação não é neutra. Em suas palavras: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 2006, p. 19). Freire deixa evidências que para aprender a ler, de uma forma significativa, o educando precisa perceber o mundo a sua volta e, para isso o educador precisa partir do contexto do aluno, com palavras que tenham significado na vida do educando. É impossível que o educando aprenda a ler e a escrever somente copiando palavras.

Para Freire a alfabetização de adultos é “um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, um ato criador”. (Freire, 2006, p. 19). O educando é o sujeito do processo de alfabetização, por isso, o educador deve ajudá-lo, e não anular a sua criatividade e responsabilidade na construção do processo de escrita e leitura.



A teoria desenvolvida por esse grande estudioso prevê uma etapa preparatória, onde o educador faz um levantamento do universo vocabular do grupo de educandos, selecionando as palavras de sentido mais denso, ou seja, que expressem as situações existenciais mais importantes. Depois, deve-se selecionar um conjunto que contivesse os diversos padrões silábicos da língua e organizá-lo segundo o grau de complexidade. Essas seriam as palavras geradoras, a partir das quais se realizaria tanto o estudo da escrita, como da leitura e da realidade. Antes de entrar no estudo das palavras geradoras, o educador deveria realizar um momento de diálogo, momento imprescindível para o educador deixar evidente o papel ativo dos homens na sociedade e levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem, como ser capaz e responsável. Em época posterior, a palavra geradora seria substituída por tema gerador, vivenciado nas atividades comunitárias ou associativas.

A estratégia utilizada neste método é o diálogo, que tem como objetivo fazer com que o educando se sinta como sujeito, antes do aprendizado da leitura e da escrita.

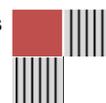
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo isso mostra que, ao longo do século passado, várias foram às tentativas de erradicar o analfabetismo, porém, poucas destas propostas continham um teor crítico, de libertação, que proporcionasse a autonomia de pensamento.

A proposta pedagógica de Paulo Freire veio com essa função, visando a libertação dos indivíduos, tanto no campo cognitivo, quanto no social e político.

É imprescindível que os educadores desenvolvam um trabalho de forma significativa, para que os educandos sejam capazes de tomar decisões e não apenas executar instruções, pensando com criticidade, enxergando a realidade em que vivem e sendo cidadãos críticos, pensantes e produtores do seu conhecimento, ou seja, cidadãos autônomos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, aprovada em 10/05/2010.

Disponível em: [www.cinterfor.org.uy](http://www.cinterfor.org.uy). Acesso em: 12/09/2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 47.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, Vera M. M. **Educação de jovens e adultos**: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa, 1997.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

